

# MANIFESTAÇÃO NACIONAL



**AFIRMAR A SOBERANIA!**

**POR UMA EUROPA  
DOS TRABALHADORES  
E DOS POVOS!**



**8 DE MAIO**

**LUTAR  
PELOS  
DIREITOS!**

**15H PRAÇA DO MARQUÊS  
PORTO**



**MAIS EMPREGO, PRODUÇÃO NACIONAL, SALÁRIOS, SERVIÇOS PÚBLICOS.**

A destruição do aparelho produtivo, a entrega de empresas públicas e sectores estratégicos aos grandes grupos económicos, o desinvestimento nos serviços públicos e o ataque aos direitos dos trabalhadores, acentuaram as injustiças e desigualdades. Fruto destas políticas e em consequência da submissão às imposições e constrangimentos da União Europeia e às orientações do grande capital, sucedeu-se um agravamento da situação económica, social e laboral causada pelos baixos salários, desemprego e pobreza. Sucessivos governos do PS, PSD e CDS têm promovido o aumento da exploração e do empobrecimento dos trabalhadores. O denominado Pilar Europeu dos Direitos Sociais, ao invés de dar resposta às aspirações dos trabalhadores e dos povos, aponta um caminho de exploração e afronta à nossa soberania e direitos, promovendo a precariedade, atacando os serviços públicos e não valorizando os salários.

**ISTO NÃO  
É INEVITÁVEL!**

No momento em que os chefes de Estado e de Governo de países da União Europeia se reúnem no Porto, na chamada Cimeira Social, preparando novas ofensivas contra quem trabalha, os trabalhadores vão afirmar os seus direitos e reclamar melhores salários, horários e condições de trabalho!

# PILAR EUROPEU DOS DIREITOS SOCIAIS / LIVRO VERDE DO FUTURO DO TRABALHO DUAS FACES DA MESMA MOEDA

A situação criada pela pandemia evidenciou o papel insubstituível do trabalho e dos trabalhadores, mas mostrou igualmente os objectivos do grande capital de ataque aos direitos e aumento da exploração, bem patentes no aumento do desemprego, perda de retribuições e rendimentos associados aos baixos salários e ao bloqueio patronal da contratação colectiva.

O chamado Livro Verde do Futuro do Trabalho apresentado pelo Governo do PS, afirmando preocupações sociais, nada aponta para resolver os principais problemas com que os trabalhadores são confrontados: mantém e até acentua a precariedade, a duração e desregulação dos horários de trabalho, a caducidade das convenções colectivas e sobre o modelo de baixos salários e a pobreza de quem trabalha nada diz, tudo isto em linha com o que preconiza o denominado "Pilar Europeu dos Direitos Sociais".



# AFIRMAR A SOBERANIA!

Defender os direitos dos trabalhadores e os interesses nacionais impõe que se rejeitem as imposições da UE e a submissão ao euro. A CGTP-IN propõe:

- ▶ Mais produção nacional, reindustrialização e diversificação de vários sectores da economia, da indústria transformadora e extractiva, da agricultura e das pescas, reduzindo os défices do país.
- ▶ Intervenção do Estado para a protecção do ambiente e, ao mesmo tempo, travar o encerramento de unidades produtivas a pretexto dessa protecção, defendendo os postos de trabalho e a capacidade produtiva e energética nacional.
- ▶ Desenvolvimento tecnológico ao serviço de melhores condições de trabalho e de vida para criar emprego seguro, com direitos e de qualidade, para aumentar salários e reduzir os horários de trabalho.
- ▶ Uma política de cooperação com todos os países, particularmente da Europa, assente na igualdade e no respeito pela sua soberania, independência pelo interesse mútuo.



## LUTAR PELOS DIREITOS!

O futuro do trabalho e o desenvolvimento do nosso país não passa pelo regresso ao passado de exploração e empobrecimento.

## VAMOS À LUTA PARA

- ▶ Exigir efectivas medidas de protecção da saúde e apoio à recuperação e desenvolvimento económico e social
- ▶ Exigir o aumento geral dos salários para todos os trabalhadores, a valorização das profissões e das carreiras, o aumento do salário mínimo nacional para 850€.
- ▶ Rejeitar a precariedade, exigindo que a cada posto de trabalho permanente corresponda um vínculo de trabalho efectivo.
- ▶ Valorizar os serviços públicos, nomeadamente de saúde e educação, com o reforço de meios humanos e materiais.
- ▶ Defender a redução do horário para as 35 horas de trabalho para todos os trabalhadores, rejeitando a desregulação dos horários e a intensificação dos ritmos de trabalho.
- ▶ Revogar a norma da caducidade das convenções colectivas e exigir a reposição do princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador.
- ▶ Exigir a criação de emprego com direitos.